

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

PRESSUPOSTOS PARA UM ESTUDO GEOGRÁFICO DA CIDADE

Ricardo Castillo

Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 68-74, dez., 1995.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38178/24561>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 1995

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

PRESSUPOSTOS PARA UM ESTUDO GEOGRÁFICO DA CIDADE

Ricardo Castillo *

Introdução – Um conceito não resiste à passagem do tempo. É imperativo elaborar novas propostas e novos conceitos a cada momento histórico, porque a realidade social é dinâmica e mutante. Não apenas isso: o corpo analítico e as categorias também pedem aperfeiçoamentos constantes sob o risco de tornarem-se dogmáticos e assim perderem a sintonia com o mundo concreto. Porém, a cada vez que se pretende propor novos conceitos em Geografia, deve-se partir de uma proposta metodológica a mais clara possível, uma vez que esta é a única maneira de oferecer legítimas contribuições deste campo do conhecimento dentro da divisão acadêmica do trabalho em Ciências Humanas.

É assim que, de antemão, duas observações devem ser feitas: a) trata-se de Geografia Humana, que não admite qualquer tipo de unidade entre fenômenos naturais e sociais – a metodologia de apreensão da realidade aqui proposta é incompatível com a dinâmica dos processos naturais; b) busca-se uma operacionalidade dos conceitos, pois acredita-se que o geógrafo deve formular opiniões claras e embasadas sobre o que acontece no Brasil e no mundo, como o economista e o sociólogo logram fazer – não somente para afirmar a disciplina, como também para preencher uma lacuna na explicação da realidade e na proposição de soluções ou encaminhamentos.

Não se está propondo aqui qualquer metodologia, mas sim assumindo uma proposta (que nunca está pronta, mas que tem contornos e apresenta-se em constante reelaboração). Acredita-se na riqueza da multiplicidade epistemológica em Geografia e na auto-afirmação de cada uma no confronto com a outra, sempre em busca do rigor conceitual e metodológico (rigor não significa inflexibilidade).

São condições, enfim, para um estudo geográfico da cidade: a) ter claro o papel da Geografia em meio às Ciências Humanas; b) formular ou partir de uma conceituação de espaço geográfico que desembarace a Geografia de longas discussões acerca da natureza do espaço e que seja, ao mesmo tempo, operacional; c) apreender da realidade concreta os temas de pesquisa; d) compreender a diferença e a inseparabilidade entre a economia política da urbanização e a economia política da cidade (SANTOS, 1994b, p. 118).

O objetivo deste trabalho é delinear os contornos de uma proposta substantiva de Geografia, operacional para a compreensão do meio urbano. Frente à realidade atual, comandada por uma globalização empiricamente constatável, única maneira de aferir a validade teórica, cabe procurar os meios mais adequados para atingir fins propostos ou desejados (sem transformar os meios em fins).

Com base nos textos mais recentes de Milton Santos, parte-se da concepção de espaço geográfico como um sistema de ações e sistema de objetos, indissociáveis (SANTOS, 1994). O objeto é muito mais do que uma forma, é uma síntese: busca da realização de uma função, através de uma forma-conteúdo; parte de um arranjo elaborado para que a função se exerça plenamente. Hoje, a produção de um objeto correlaciona tecnologia, ciência e informação (o que o situa historicamente dentro do período técnico-científico e informacional). A própria cidade pode ser considerada um objeto geográfico, na qualidade de macro sistema técnico, fazendo funcionar outros sistemas técnicos.

Com respeito à ação, sua análise também é muito mais complexa do que a que se pode apresentar aqui. Pretende-se abordá-la somente de maneira superficial, tomando um de seus aspectos: a ação racional. Pode-se afirmar que a racionalidade que se impõe na produção do espaço hoje apresenta, pelo menos, três aspectos: a) imposição de uma racionalidade maquínica, em que a própria técnica engendra ações técnicas (ELLUL, 1968); b) imposição de uma racionalidade instrumental ou utilitária (relações sociais de produção vigentes); c) a combinação de uma lógica global, que atinge os lugares a partir de fora, com uma lógica local, dependente do arranjo geográfico, da herança espacial (SANTOS, 1994d).

Mas nem sempre isto foi assim. Nas construções urbanas do passado, pode-se dizer que a ação simbólica prevalecia sobre a ação racional, e mesmo que a espontaneidade impunha-se sobre o projeto. É histórico o fato de que as cidades passaram a ser projetadas na prancheta, parcial ou integralmente. As utopias renascentistas pautadas por uma racionalidade geométrica exprimiam simbolicamente o poder, mas já deixavam entrever razões utilitaristas, de controle social e de circulação (lembre-se que as utopias renascentistas se fizeram concretas na urbanização na América Hispânica e, fragmentariamente, no Barroco Monumental europeu).

No atual período histórico, o objeto técnico e a ação racional são cada vez mais precisos graças à ciência, tecnologia e informação¹ (SANTOS, 1994). Criam-se, assim, espaços da racionalidade (aqueles com carga em ciência e informação) impondo um autoritarismo das formas e dificultando a implantação da cidadania.

Apesar do que propõe Ellul (1968), a tecnicidade da ação encontra barreiras e resistências que a deformam quando encontram o meio. Cada lugar responde de maneira diferente às ações racionais, num jogo que envolve homogeneidades e heterogeneidades, igualização e diferenciação, como prefere Smith (1988). Isto permite, a um só tempo, classificar ou hierarquizar os lugares e ressaltar suas características únicas. Af estão indícios importantes de uma periodização em Geografia: os objetos são cada vez mais técnicos, mais específicos, e as ações são cada vez mais estranhas ao lugar e mais racionais.

Procura-se, com toda esta argumentação, sustentar uma abordagem geográfica que permita trabalhar com um sistema de conceitos o mais operacional possível, capacitando o geógrafo a dar respostas concretas às grandes e pequenas questões do mundo e a ter opinião sobre o que acontece à sua volta, em todas as escalas.

Alguns conceitos importantes da Geografia para estudar a cidade – A seguir será apresentado um esboço do que se pretende seja um sistema de conceitos, em quatro eixos de análise: escassez, técnica, formação socioespacial e escala. Todos estão inter-relacionados e abrangem apenas uma fração do que há de importante em Geografia a ser levado em consideração nos estudos sobre cidade e cidadania.

Primeiro eixo: *escassez*

O espaço geográfico, hoje, se pauta pela escassez? Para encaminhar esta questão é preciso partir de dois pressupostos: a) no mundo atual, quase tudo se transforma em mercadoria ou reveste-se de relações mercantis; b) quanto mais são desenvolvidas as capacidades técnicas de produção, mais se intensifica a polaridade entre escassez e abundância. Demanda e necessidade são, assim, indissociáveis no caso dos elementos básicos da reprodução material da vida. É desse modo que se pode qualificar escassez como *escassez artificial* ou produzida (pelo mercado), já que a mercadoria é a forma que os produtos assumem quando a produção das condições materiais de existência é regida por meio da troca, ou seja, produzir é produzir para trocar.

Se os argumentos acima autorizam concluir, de lato, que as sociedades atuais pautam-se por uma escassez produzida, também é fato que a abundância, como termo final, jamais pode ser alcançada sob o atual sistema de relações e de formas espaciais, entendendo a abundância, como o fez Baudrillard (s.d., p.66), como *o equilíbrio da produção humana e das finalidades humanas*. Ficam evidentes, assim, as limitações para a superação do sistema baseado na escassez, em que os critérios da acumulação capitalista definem as circunstâncias da reprodução material das sociedades, uma vez que “os mercados propiciam os dispositivos de sinalização implicados em sistemas complexos de troca, mas eles também mantêm, ou causam ativamente, formas importantes de privação” (GIDDENS; 1991, p.164). A transformação implica, portanto, num *sistema pós-escassez* (idem), em que os critérios do mercado deixariam de ser os meios de perpetuação da privação em larga escala, apontando para uma cidadania plena garantida pelo Estado.

A especulação, seja ela qual for, se realiza por meio de uma escassez criada para elevar artificialmente o preço de uma mercadoria. Se a economia de mercado assenta suas bases na *produção da escassez* e, por mais paradoxal que possa parecer, o capitalismo se mantém através da reprodução permanente da escassez, tal premissa é ainda mais verdadeira quando se pensa no mercado fundiário. “Dizemos que os empregos são escassos quando há muito trabalho para fazer; que o espaço é restrito quando a terra permanece vazia...” (HARVEY, 1980, p.97). Na verdade, a terra, um bem que era abundante até determinado momento, começa a escassear, tornar-se rara, não sem antes passar por um processo de *escassez imposta* por interesses que dizem respeito à passagem do trabalho escravo para o assalariado. É aqui que surge o imperativo de absolutizar a propriedade fundiária, por meio da legalização de uma situação jurídica em que o domínio sobre a terra torna-se incondicional. A Lei de Terras de 1850 foi o dispositivo legal na emergência do espaço mercadoria, marcando a transição para uma nova estrutura espacial ou uma nova espacialidade² da Geografia Histórica do capitalismo no Brasil. A partir de então, confunde-se cidadão com proprietário de terra.

A dinâmica fundiária se dá sob novos paradigmas e adquire novo ritmo de transformação, atuando no movimento da sociedade. Esta transformação do espaço geográfico ocorre em função da nova *ordem* econômica, política e espacial, baseada, mais do que nos momentos precedentes, na escassez (planejada, de certa forma, porém, mais realisticamente, fruto de circunstâncias mais ou menos convergentes em que a escassez e a especulação aparecem como resultantes). Consolida-se, desta maneira, uma nova estrutura espacial que exerce um papel decisivo na reprodução das atuais relações sociais de produção. A escassez, no entanto, é localizada, o que reafirma a importância do urbano. Possibilidades técnicas e abundância de espaço do ponto de vista de toda a superfície terrestre (ou do ecúmeno), por um lado, e a escassez (produzida) de espaços nas grandes cidades, em função de uma tendência inerte à centralização, por outro, constituem uma contradição do espaço³.

Especificamente sobre propriedade fundiária absoluta pode-se falar em formas⁴ geográficas e outras cristalizações ou formas não geográficas, tais como leis, costumes etc. As formas não geográficas acabam conduzindo a formas geográficas, como a propriedade fundiária, gerando práticas espaciais diversas, tais como o loteamento. A norma cria práticas e estas podem ser vistas como um dado do espaço. Não existe somente a prática social ou legal, mas também a prática espacial.

Se o mundo funciona através da produção social do espaço, e se realiza nos lugares (SANTOS, 1993), pode-se também dizer que a propriedade fundiária é uma funcionalidade do mundo e uma imposição para sua realização (condição para sua realização) dentro do atual sistema de reprodução material da sociedade, global. A propriedade da terra, assim, joga um papel decisivo na seletividade dos impactos que buscam transformar-se em existência, condicionando o modo pelo qual um lugar particular se estrutura para receber o novo, impondo limites e abrindo possibilidades (oportunidades). A aptidão de um lugar para a realização das ações hegemônicas está, portanto, condicionada e restringida pelo setor da propriedade. Este, a um só tempo, promove e restringe a ampliação do meio técnico-científico de um lugar particular, uma vez que o custo, a disponibilidade e a distribuição de terrenos na cidade representam um dado político-estratégico fundamental para a produtividade espacial do lugar. A propriedade fundiária representa uma restrição hegemônica, impedindo uma liberação do espaço “de sua materialidade vigente...” (HARVEY, 1992, p.213-217). Cria-se uma concepção racionalizada do espaço. Não se pode falar em relações capitalistas no espaço sem considerar os interesses em torno da propriedade fundiária absolutizada como um de seus aspectos fundamentais. O setor da propriedade fundiária figura como um elemento decisivo na construção de Geografias urbanas do capitalismo, acarretando altos custos nas reestruturações urbanas. Apesar destes custos serem ainda maiores em áreas metropolitanas, por meio da sobreposição de uma nova composição técnica do espaço a uma configuração territorial complexa preexistente⁵, tais reestruturações ocorrem não somente para aumentar a fluidez do território, como também porque os interesses em torno do setor da propriedade possuem uma certa autonomia. O setor da propriedade torna-se, porém, cada vez mais articulado e indispensável à acumulação de capital e à reprodução das relações sociais de produção.

Segundo eixo: *técnica*

Aqui impõe-se uma questão crucial: se, no mundo de hoje, os lugares tornam-se rapidamente envelhecidos, demandando cada vez maiores intervenções, isto se dá, como quer Jacques Ellul (1968) por uma necessidade da própria técnica? Por algo externo à técnica? A cidade capitalista, a Geografia do capitalismo e as relações capitalistas são um obstáculo ao pleno desenvolvimento da técnica?

Estas questões demandam estudos empíricos para serem respondidas, à luz do atual período técnico, científico e informacional que se opõe a períodos anteriores da história: a densidade do passado gradualmente se fazia pela acumulação, longamente; o presente curto também é denso pelo número e qualidade das interações, substituindo a acumulação pela intensidade (SANTOS, 1994). Milton Santos ainda argumenta que a história se faz nos lugares, que o conjunto de possibilidades do mundo pode se realizar nas formas (materiais e não materiais, geográficas e não geográficas).

Tudo isto é para dizer que a técnica é um caminho importante; permite apreender o global (possibilidades do mundo) e o local (oportunidades realizadas). Apesar do que afirma Ellul (1968), o espaço é a melhor testemunha de que as novas técnicas não apagam completamente as técnicas antigas. O aparato técnico do espaço é constituído por objetos de diversas idades que impõem sua inércia (evidentemente, uns duram mais do que outros). É preciso adicionar uma Geografia ao pensamento de Ellul: se a técnica, por sua lógica interna, não derruba o capitalismo (tido como um obstáculo ao pleno desenvolvimento técnico), isto se dá por causa da Geografia. É isto que leva Santos (1994) a pensar a Geografia como uma filosofia das técnicas.

Outra maneira de abordar a questão técnica pela Geografia é através da idéia de uso do território. Esta é uma categoria importante que denota capacidades do grupo e interesses do grupo, escolhas do grupo que utiliza um território. As causas do uso estão no território ele próprio e no grupo que o utiliza: como, quais virtualidades do território serão utilizadas? Eis aí a questão do futuro em Geografia.

O uso do território supõe ações que podem estar dentro ou fora do grupo que o utiliza. Mas a utilização permanece. O uso do território, as virtualidades do lugar e as escolhas do grupo, no mundo de hoje, se dão como resultado do confronto entre uma razão global e uma razão local (SANTOS, 1994). A ordem global impõe uma racionalidade única (busca do maior lucro). Porém, cada lugar responde ao mundo a partir de sua própria racionalidade.

Tercero eixo: *formação sócio-espacial*

Deve-se restabelecer o conceito de Estado territorial. Mesmo o Estado neo-liberal não abre mão da Geografia (estradas, portos, eletricidade, urbanismo, agricultura) sem a qual as grandes empresas não operam, mesmo que estas privatizem os lugares. Esta necessidade de que o Estado invista no território (fazer e refazer a Geografia) é comprovada pela guerra dos lugares. As empresas exigem intervenções no território, chantageiam o Estado, impõem comportamentos públicos. O Estado muda, mas continua indispensável.

A cidade global, por exemplo, é forjada pelo território nacional ao qual pertence e do qual é um aspecto. Há uma combinação dos vetores externos com as heranças presentes no lugar e as possibilidades e constrangimentos do território do qual faz parte (condicionando-o e por ele sendo condicionado).

De um ponto de vista da economia, não se pode pensar em um país sem fazer referência ao mercado mundial e às empresas multinacionais. A coerência do sistema econômico em nível mundial, no entanto, é articulada no espaço com as normas jurídico-institucionais e ideológicas ao nível de unidade política, argumenta Sánchez (1991).

A regulação do Estado nacional, assim, aparece como fundamental para as próprias estratégias globais do capitalismo de hoje e, ainda mais quando se pensa o problema pela ótica da espacialidade. Goudiener (1993) ressalta a importância do Estado na produção do espaço, assim como na reprodução social geral (na reprodução das relações sociais de produção), destacando as teorias de Castells, sobre o consumo coletivo, e de Lefebvre, sobre a produção do espaço.

Para Mandel, as funções do Estado (e, indiretamente, da manutenção do território nacional) podem ser divididas, para fins de análise, em três eixos: repressivas, integradoras, propiciadoras das condições gerais de produção. Este autor destaca também a importância do desenvolvimento (geograficamente) desigual. Não se pode esquecer, também, que o Estado pode fugir a toda e qualquer racionalidade econômica em suas decisões políticas.

Na medida em que tais funções, de um certo modo, ainda se mantêm, o Estado-nação e a sua correspondente formação socioespacial, ainda são noções importantes, persistem na compreensão do lugar, a partir do pressuposto de que há a imposição das normas definidas e válidas no âmbito do território.

O subsistema do território nacional garante a eficácia das normas, e nenhuma empresa global exerce suas atividades sem tais normas, exigindo, portanto, a presença das autoridades territoriais, políticas e institucionais. O Estado é o responsável, em praticamente todo o território nacional, pela reprodução das relações sociais de produção. O Estado regula os salários, as tarifas, a ordem pública, a

organização material e funcional do espaço. Normas indispensáveis à realização dos atores hegemônicos. O Estado é ainda, portanto, mais necessário do que em períodos anteriores sob este ponto de vista – quanto mais complexo o processo, mais se necessita da norma. Ocorre que o Estado, hoje, se afasta mais da produção direta e, em alguns casos, da regulação econômica e monetária direta, em função do grau de racionalidade técnica que se alcançou. Percebe-se que a escala do território normado (ou normatizado) é a do Estado-nação; já o território como norma, está mais a cargo da escala do lugar, rural e urbano (SANTOS, 1994).

Um outro elemento digno de ser mencionado é que o desenvolvimento geograficamente desigual de âmbito regional é muito importante na escala do Estado-nação, lembrando que a mobilidade da força de trabalho sofre restrições (às vezes severas) na escala internacional, o que não ocorre no interior de um território nacional, gerando uma série de políticas regionais implementadas pelo poder centralizado e que afetam diretamente o lugar e, indiretamente, as relações globalizadas.

SMITH (1993; p.99-100) elabora a idéia de que o Estado-nação configura-se em um compromisso territorial duradouro, baseado na contradição entre competição e cooperação. A cooperação encerra questões tais como: condições para reprodução da força de trabalho, constituição legal da economia, provisão de infra-estruturas de produção e circulação, predominando, portanto, internamente às fronteiras nacionais, ainda que a competição por mercados, capital, trabalho, tecnologia e terra ocorra. A competição prevalece nas relações entre diferentes mercados nacionais, embora a cooperação também tenha aí seu lugar. Cooperação e competição muitas vezes se confundem – levando a uma articulação de escalas que procuram resolver contradições provocadas por uma certa fixidez das fronteiras nacionais (por ex. CEE, ONU etc). De qualquer maneira, importa ressaltar que há sempre uma articulação de escalas na determinação do lugar, da cidade.

No que concerne ao lugar, cabe ainda uma ressalva. LEFEBVRE (1976) argumenta que a cidade, o lugar, por excelência, das atividades mais dinâmicas do capitalismo, pode ser entendido como uma mediação entre a *ordem próxima* (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados) e a *ordem distante*. Explica LEFEBVRE (1969) que

(...) esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível. Torna-se visível ao se inscrever nela (...) A análise pode agora perceber porque e como processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelaram o espaço urbano e modelaram a cidade, sem que a ação criadora decorra imediata e dedutivamente desses processos. Com efeito, se eles influenciaram os tempos e os espaços urbanos, eles o fizeram permitindo que grupos aí se introduzissem, que se encarregaram deles, que se apropriaram deles, e isto inventando, esculpindo o espaço (para empregar uma metáfora), atribuindo-se ritmos.

Os processos globais formam campos de possibilidades que se concretizam em lugares selecionados; o desenvolvimento da racionalidade técnica apenas confirma esta constatação.

De todos os modos, a técnica impõe a solidariedade e a simultaneidade entre os lugares, e, no entanto, “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, *únicos*” (SANTOS, 1988). O lugar seria, assim, o ponto onde se realizam algumas possibilidades dadas pelo mundo globalizado, e pela formação socioespacial, circunscrita na escala do território nacional.

Quarto eixo: *escala*

A cada âmbito espacial, ou seja, a cada escala geográfica, correspondem distintos objetivos individuais ou coletivos. Desse modo, pode-se supor que a escala é mediadora de uma intervenção, de uma ação do poder e das preocupações humanas, no dizer de RACINE (1981)⁶.

A importância da escala transcende o âmbito geométrico e adquire uma conotação geográfica na medida em que se relaciona com a estrutura social, como espaço geográfico. A análise de um fenômeno geográfico, portanto, não pode prescindir das *lentes* da escala através da qual é enfocado.

Com exceção da escala planetária, as demais são sistemas abertos ou subsistemas que se relacionam. Assim, os subsistemas, em correlação, alteram o sistema planetário, da mesma maneira que as forças que comandam este último também alteram os subsistemas nacionais.

Pode-se, agora, estabelecer uma convergência entre algumas idéias de SÁNCHEZ (1991) e SANTOS (1988) ao dizer que as escalas espaciais oferecem níveis de intencionalidade. É o último quem afirma que

(...) para cada país, do mesmo modo que há uma sociedade global, há, também, um espaço total. As leis que regulam a sociedade (o conjunto de relações sociais) vigem sobre o país como um todo de forma indivisível e as infra-estruturas que integram o território (estradas etc) também são indivisíveis.

Se novas escalas geográficas são construídas no mundo de hoje, as antigas não são necessariamente abandonadas, mas podem sofrer uma refuncionalização (às vezes um redirecionamento) dentro da nova ordem que se estabelece.

SMITH (1993) argumenta que a produção e reprodução concretas da escala geográfica redefinem a escala do cotidiano como uma estratégia política de resistência. Esta concepção das escalas geográficas sugere uma série de elementos teóricos: a) a construção da escala geográfica é um importante meio através do qual a diferenciação espacial toma lugar; b) uma investigação da escala geográfica poderia, portanto, prover uma linguagem mais plausível da diferença espacial; c) a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na e através da atividade social a qual, por sua vez, produz e é produzida pelas estruturas geográficas da interação social; d) a produção da escala geográfica define intensas lutas políticas.

Desta maneira, a escala é concebida como a resolução geográfica de processos contraditórios de competição e cooperação. Sua produção (da escala geográfica) marca os critérios de diferença entre diversos tipos de lugares, expressando a luta social e geográfica. A proposta não admite separações rígidas entre escalas. A conexão das escalas é que se torna fundamental. Buscam-se diferenças ao invés de homologias de escalas.

A teoria da escala geográfica também abre a possibilidade para superar a exclusão e a exploração a que tem servido.

Considerações finais: espaço geográfico e cidadania – Não há cidadania que se possa sustentar, que saia do papel e do discurso, para a realidade cotidiana das pessoas, sem levar em conta seu componente geográfico, sem intervenção no território. Qualquer proposta política empenhada em transformar minimamente as relações sociais vigentes em nome da melhoria das condições de vida daqueles que estão a mercê do espaço, deve levar em consideração o papel da Geografia no condicionamento da vida social. Somente assim poderá o espaço passar de uma condição de constrangimento para uma condição de recurso para a maioria das pessoas.

A escassez da terra, especialmente da terra urbana, baseada na propriedade fundiária absoluta; a articulação de escalas na produção do espaço local, pautado cada vez mais por interesses remotos; a mediação da formação socioespacial brasileira na injunção de uma modernidade e uma cidadania incompletas lá onde as pessoas moram, o desenvolvimento técnico cada vez mais corporativo e utilizado no rompimento das solidariedades orgânicas em nome da informação, promotor do aprofundamento da divisão espacial do trabalho; todos estes aspectos configuram práticas espaciais perversas, na vigência das quais qualquer proposta de cidadania plena fica comprometida.

Se o território é utilizado para produzir e reproduzir relações sociais consoantes com interesses hegemônicos, gerando espaços da racionalidade que impõem o autoritarismo e o corporativismo, também pode ser utilizado como meio para distribuir renda. O espaço é o uso que se faz dele.

¹ Para uma análise mais aprofundada dos objetos e das ações em Geografia, consultar os trabalhos recentes de Milton Santos.

² Espacializar a narrativa histórica implica em fazer uma geografia de relações simultâneas e significados que são amarrados por uma lógica espacial, tanto quanto histórica; uma visão sobre a realidade, enfim, que faça emergir a instrumentalidade oculta das geografias humanas. A espacialidade também pode ser entendida como uma maneira de abordar a realidade social em substituição ao historicismo (uma ênfase exagerada da categoria tempo em detrimento do espaço), fazendo emergir a materialidade instrumental do espaço produzido socialmente. Ver SOJA, 1989.

³ "La tendencia actual en constituir 'centros de decisión' que quieren abarcarlo **todo** en una zona territorial restringida, esa tendencia esencial es la que suscita la rareza del espacio en el territorio en cuestión. La penuria de espacio ofrece, por tanto, nuevas características; es, a la vez, 'espontánea' – resultado de un proceso ciego, de origen histórico – y mantenida, consentida, digamos deseada, a veces expresamente organizada. Se trata, pues, de una **contradicción** entre la abundancia pasada e posible por una parte, y la rareza efectiva, por otra. Esa contradicción no queda ajena a las relaciones sociales de producción, aun menos a su reproducción, la cual implica estrategias políticas. No se reduce a esas contradicciones 'clásicas'; es una **contradicción del espacio**" (LEFEBVRE, 1976:107).

⁴ Formas são cristalizações da ação social. A constituição do mundo se dá pela vida (presente) e formas (passado). A mesma forma realiza-se em conteúdos diversos, logicamente possíveis.

⁵ "É muito mais caro arrasar um quarteirão, fazer uma nova avenida, um túnel, um viaduto, do que substituir, com incentivos financeiros e fiscais, máquinas, sementes e produtos químicos" (SANTOS, 1989:16). Pode-se, então, perguntar, por que tais reestruturações urbanas ocorrem tão intensamente.

⁶ Racine (1981) defende a idéia da escala como fenômeno substancial de toda a análise, como mediadora das configurações observadas, mediadora de uma intenção, de uma ação, "mediadora em definitivo dos valores, do poder e das preocupações humanas".

- CASTILLO, Ricardo. *A fragmentação da terra. Propriedade fundiária absoluta e espaço mendicaria no município de São Paulo*. São Paulo: DG/FFI.CH/USP, 1993. Dissertação de Mestrado
- _____. *Aproximações sobre o tema da formação socioespacial e do lugar como mediações*. São Paulo: ANPEGE/DG-USP, Encontro Internacional: Lugar, Formação Socioespacial, Mundo, 8 a 10 de setembro de 1994
- _____. Interpretações sobre o conceito de escassez para estudos de Geografia e planejamento urbano. Brasília: VIENA, 1995.
- ELLUL, Jacques. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992
- LEFFEBVRE, Henri. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991
- _____. *The production of space*. London: Blackwell, 1992
- MOLES, Abraham. *Rumos de uma cultura tecnológica*. São Paulo: Perspectiva, 1973
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987
- _____. Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB-SP, nº 67, 1989.
- _____. *Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993
- _____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994a
- _____. *Por uma economia política da cidade. O caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1994b
- _____. O lugar: encontrando o futuro. São Paulo: ANPEGE/DG-USP, Encontro Internacional: Lugar, Formação Socioespacial, Mundo, 8 a 10 de setembro de 1994c
- _____. Razão global, razão local. Os espaços da racionalidade. St. Dié des Vosges: Festival Internacional de la Géographie, 1994d
- _____. Os novos mundos da Geografia. Madrid St. Dié des Vosges: Universidad Complutense, 1994e
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. São Paulo: Difel, 3ª ed., 1972
- SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton University Press, 1991
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988
- _____. Homeless/global: scaling places. In: J. Bird, *Mapping the future. Local cultures, global changes*. London: Routledge, 1993
- SOUZA, Maria Adélia de. *A identidade da metrópole*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1994a
- _____. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. IN: SANTOS, SOUZA, SILVEIRA. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994b

* Geógrafo, doutorando do Curso de Pós-graduação em Geografia/USP.